

EDITORIAL EDITOR'S NOTE

Com um olhar atento aos caminhos do Direito Privado e suas fronteiras interdisciplinares, a *Revista de Direito Civil Contemporâneo* alcança sua quadragésima primeira edição. Cada capítulo deste volume, em seu setor específico, projeta o estado da arte dos debates mais sofisticados e das perspectivas operacionais mais importantes.

Iniciamos o segmento dedicado à doutrina nacional com o artigo “Direito da personalidade e proteção da imagem *post mortem*: desafios e perspectivas frente à inteligência artificial e a ressurreição digital”, de Cesar Beck, Thami Covatti Piaia e Murilo Manzoni Boff.

Sequencialmente, o leitor encontrará arguta reflexão de Paulo Nalin e Vitor Ottoboni Pavani em “Liberdade, boa-fé e a Constituição na interpretação do negócio jurídico”.

Em “A propositura de demanda judicial para discutir a dívida como causa interruptiva da prescrição da pretensão executiva”, Leonardo Carneiro Cunha explora estratégias interruptivas da prescrição da pretensão executiva. Joseane Suzart Lopes da Silva contribui com o artigo “A proteção dos consumidores na seara dos ativos virtuais (criptomoedas/bitcoins) diante da edição da Lei 14.478/2022 e do Decreto 11.563/2023: a necessária efetividade em compasso com a boa-fé consagrada no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor”.

No artigo “O regime jurídico do dolo em operações negociais complexas: perspectivas a partir da tutela da confiança”, de Carlos Nelson Konder e Cíntia Muniz de Souza Konder, o tradicional tema do dolo é revisitado à luz da tutela da confiança.

Giovanni Ettore Nanni apresenta uma análise precisa em “Mora do credor: conceito e requisitos”, igualmente retomando um tema clássico para apresentá-lo com contornos contemporâneos.

Em “Multipropriedade imobiliária e planejamento sucessório”, Mariana Maia de Vasconcellos e Milena Donato Oliva examinam a multipropriedade como um instrumento de planejamento sucessório, evidenciando as vantagens e desafios desse regime jurídico e suas implicações.

Mairan Gonçalves Maia Júnior e Lucas Melo Santos discutem “A disciplina sucessória de bens situados no exterior”, abordando as especificidades legais e os aspectos práticos envolvidos na sucessão de bens no exterior, um tema relevante para o planejamento patrimonial e a sucessão internacional.

José Carlos Costa Netto, em “Obras intelectuais protegidas e produtos de inteligência artificial (PIA) – Regiões fronteiriças”, aborda a interseção entre a propriedade intelectual e a inteligência artificial.

Finalizando esta sessão, o artigo “Aspectos gerais sobre o dever de reparação de danos dos administradores e sociedades controladas na Lei 6.404/1976”, de José Luiz Gavião de Almeida e Laíssa Quadros do Rosário, explora os deveres dos administradores e controladores de sociedades anônimas em perspectiva da responsabilidade civil.

Prosseguindo com o conteúdo deste volume, a seção de Doutrina Internacional apresenta um panorama comparativo e análises de relevância universal. O artigo “En torno a la operatividad del llamado «synallagma condicional» en la praxis procesal romana de la *emptio venditio*”, de Juan Carlos Prado Rodriguez, explora os princípios da relação condicional sincrônica no contexto da práxis romana, destacando a profundidade do direito romano na análise de contratos de compra e venda.

Em “Desvendando o nexó de causalidade nos sistemas europeus de responsabilidade civil: três lugares-comuns sob a ótica do direito comparado”, Marta Infantino e Eleni Zervogianni, com tradução de Cícero Dantas Bisneto, investigam o nexó de causalidade no âmbito da responsabilidade civil na Europa.

Na seção de Ensaaios e Pareceres, Alexandre Junqueira Gomide contribui com um parecer técnico sobre o Contrato *Built to Suit*, analisando a particularidade desse tipo contratual e seus aspectos práticos na adequação de imóveis para as necessidades do tomador.

Na seção Memória do Direito Civil, destacamos a transcrição do artigo “A pretendida renascença do direito natural”, de Clóvis Beviláqua, realizada por Bruno Alexandre Rodrigues Silva.

Em Resenhas, Marcelo de Oliveira Milagres apresenta uma análise detalhada do livro “João Baptista Villela: obra selecionada”, organizado por Juliana Cordeiro de Faria, Edgard Audomar Marx Neto, Elena de Carvalho Gomes e Júlia Vieira Froes.

Por fim, na seção de Comentários de Jurisprudência, Maurício Baptistella Bunazar analisa o dever de revelação do árbitro, a partir de relevante decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Registro, finalmente, a gratidão pela colaboração recebida de Luís Antônio Roca Filho, João Pedro Kostin Felipe de Natividade, Fernando Speck de Souza, Everton Willian Pona e Beatriz Miyazaki Kakazu. Também registro agradecimento aos acadêmicos da Faculdade de Direito da USP, Ana Liz Antunes Gonçalves, Giovanna Batista de Freitas e Pamela Rocha Lopes de Almeida Bonin. Sem o auxílio precioso de vocês, o volume 41 não seria possível.

Gratidão, ainda maior, é devotada a você leitor e leitora, razão de ser da Revista de Direito Civil Contemporâneo.

Novembro de 2024.

RODRIGO XAVIER LEONARDO

Professor Associado do Departamento de Direito Civil e Processual Civil da UFPR.